

# **Reforma do Ensino Médio:**

## **Enem e regime de cotas**

**Edgar Flexa Ribeiro** – Advogado, radialista, presidente do Sinepe Rio e diretor do Colégio Andrews

A fidalguia portuguesa desconsiderava, inteiramente, o trabalho manual. Essa tradição de pensamento nos foi passada na forma de uma discriminação do trabalho. Ilustro tal comportamento com o seguinte exemplo: no Brasil, frequentemente, quando uma família de recursos financeiros tem dois filhos, um obediente e outro metido em encrencas, o primeiro é festejado porque está cursando a universidade, e o último é encaminhado para trabalhar. Portanto, o filho irrequieto é, por assim dizer, punido com a obrigação do trabalho. Na nossa cultura, o trabalho representa uma punição, um castigo.

O ensino médio brasileiro recebeu esse ônus de servir como caminho para o ingresso na universidade e, ao mesmo tempo, ser um motivo de orgulho para quem podia seguir sem trabalhar. Criou-se, então, uma deformidade num segmento da educação que se pretendia única e era privilégio de poucos.

Do ponto de vista histórico, proporia uma questão para analisar esse fenômeno: por que a América portuguesa permaneceu unida e a América espanhola se dividiu depois da independência? Qual a diferença entre esses dois processos? A diferença reside num alvará régio de D. Maria I de Portugal determinando que, no Brasil, não seria permitida a existência de duas coisas: a manufatura e a universidade. Quanto à primeira, parece óbvio que não se permitiria a concorrência com o produto português; em relação à proibição de uma universidade, procurava-se coibir o pensar diferente. Enquanto na América espanhola foram surgindo, desde os primeiros anos de colonização, universidades no México, no Peru, na Venezuela, na Bolívia, na Argentina, no Uruguai e no Chile, a elite brasileira estudava e se conhecia em Coimbra. Daí o fato de que a América espanhola tenha se fracionado em diferentes nações e o Brasil mantido sua unidade. A primeira universidade brasileira, a Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, foi criada em 1923 por decreto presidencial como forma de atribuir ao Príncipe Alberto da Bélgica o título de doutor “Honoris Causa”.

O ensino médio brasileiro sofre o peso dessa carga histórica desde sempre. Lembremos que, em 1942, a Lei Orgânica do Ensino Secundário, chamada Lei Capanema, definiu o ensino médio nos seguintes termos: ensino secundário, ensino comercial e ensino industrial. Só os alunos que cursassem o ensino secundário poderiam prestar o exame vestibular, pois era propedêutico. Já os alunos que escolhiam modalidades de ensino voltadas para o trabalho não poderiam ir para a universidade – eis aí a depreciação do trabalho. A valorização excessiva do ensino universitário, muito além do que poderia efetivamente oferecer, relegou o ensino profissionalizante a uma posição muitíssimo secundária. Só em 1961, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o aluno que tivesse concluído qualquer modalidade de ensino secundário poderia prestar o vestibular e ingressar no ensino superior.

A partir de então, verificou-se uma sobrevalorização do ensino universitário. A tal ponto que se produziu uma grande distorção, pois poucas são as instituições de ensino superior dignas de serem chamadas de universidade — com pesquisa, extensão, etc. E ainda se subsidia o ingresso de estudantes nos cursos superiores através do ProUni — mas ninguém se preocupa em criar um “ProProfissão”. Disso resulta uma tremenda distorção do ensino médio. As autoridades buscam, além disso, um modelo federal e único para todo o país, não levando em conta as profundas diferenças regionais brasileiras. As capacidades criativas das unidades federativas brasileiras, que expressam diferenças legítimas, são sufocadas pelas regras federais.

O objeto do ensino médio, hoje, no Brasil é garantir que os alunos obtenham boa nota no Enem. Quem formula as perguntas desse exame é o ministro da Educação, e os alunos considerados bem-sucedidos são os que respondem corretamente às perguntas formuladas por esse ministro. Para agravar esse quadro, resolveu-se fazer da educação uma espécie de catarse para contemplar todas as questões que a sociedade brasileira parece não saber resolver: as questões de trânsito, educação sexual, meio ambiente, etc. Cabe perguntar quem está promovendo a capacitação desses professores para tais conhecimentos? Quais os equipamentos fornecidos pelas autoridades aos professores para que estes desempenhem com êxito essa tarefa? Ainda estamos formando professores da mesma maneira que formávamos há 25 anos.

As perplexidades aumentam quando sabemos que haverá um novo formato de ensino médio, menos preocupado com conteúdos. Que magistério operacionalizará esse novo ensino médio? Como se poderá organizar uma escola com tal nível de indefinição? O que se está delineando não é pedagogia, nem educação, mas política educacional. Acredito, mesmo, que boa parte da configuração das políticas educacionais no Brasil passa pela solução política do destino que se vai dar ao ensino médio. Outra questão perversa é a avaliação depreciativa, no Enem, das escolas públicas em relação às escolas particulares. E isso não traduz os interesses das escolas particulares — não nos interessa uma escola pública desacreditada, pois, mais cedo ou mais tarde, esse descrédito cairá sobre nós.

Essas questões envolvem o fundamento da liberdade de pensamento em nossa sociedade. Nenhum país será livre para pensar se não for livre para ensinar e aprender. Se responder certo significa acertar o que o ministro da Educação entende ser a resposta correta, onde vai parar a liberdade de pensar, de ensinar e de aprender neste país? Isso é o que está em jogo quando se fala em ensino médio no Brasil.